

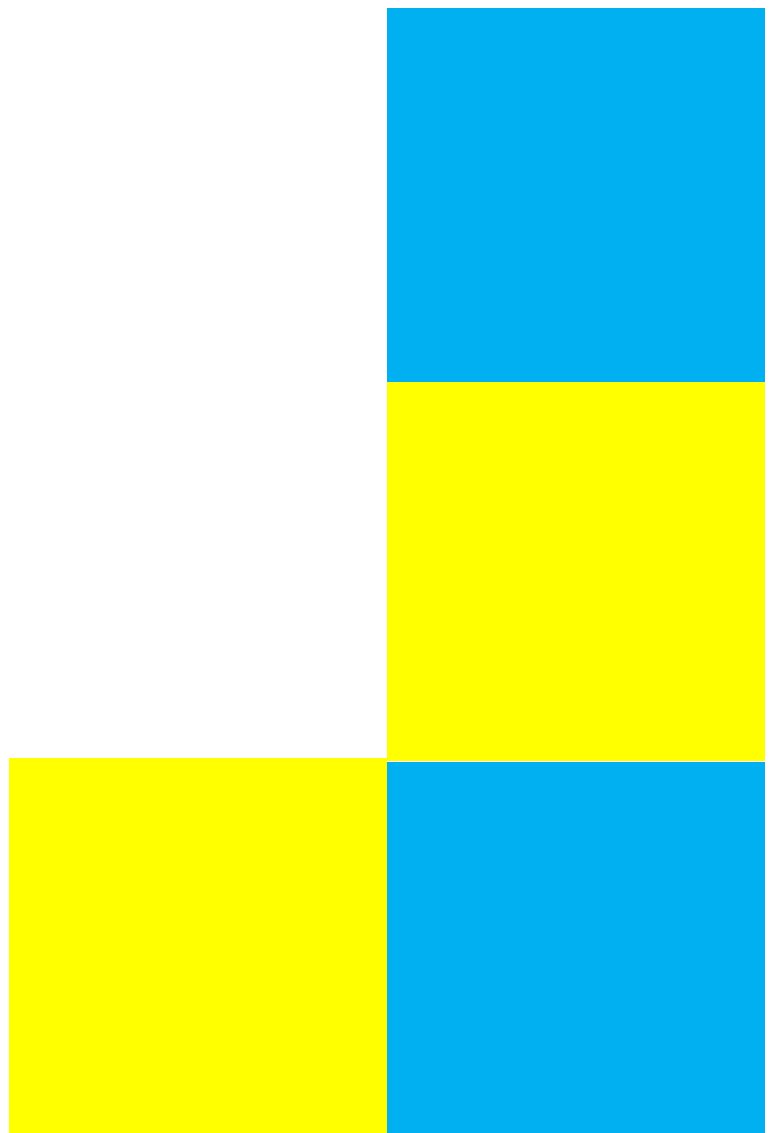
O que é democracia crítica?

Stephen W. Sawyer

Professor do Departamento de História e Ciência Política da The American University of Paris.

Tradução de Mateus D. da Silva e Rodrigo M. de Mello

Revisão de Amanda Antunes e Alexandre Mendes (Grupo Direito, Pragmatismos e Filosofia – UERJ)



A edição de primavera de 2015 da *The Tocqueville Review/La revue Tocqueville*¹ apresentou um editorial que destaca a necessidade de fazer frente a nossa atual crise democrática. Eu sugeri que uma parte desse compromisso deveria incluir a busca por um estudo crítico da democracia. Essa proposta suscitou algum interesse e me pareceu apropriado esboçar algumas implicações de tal abordagem. Esse editorial foi apresentado no *Center for Critical Democracy Studies* da Universidade Americana de Paris, em dezembro de 2015.

*“Do I contradict myself, well then I contradict myself,
I am large, contain multitudes.”*

Walt Whitman

Nicolas Kristof abriu sua coluna intitulada “*Unfit for Democracy?*” no jornal *New York Times*, em 2011, afirmando: “Um estereótipo bruto insiste que alguns povos – Árabes, Chineses e Africanos – são incompatíveis com a democracia.” E continua: “Com boa parte do Oriente Médio mergulhado, atualmente, em grandes tumultos, precisamos enfrentar sem rodeios uma questão politicamente incorreta: os árabes são politicamente imaturos para lidar com a democracia?”. Kristof certamente não foi o único a colocar essa questão. De fato, não é preciso ir muito longe para ver como essa linha de pensamento foi difundida. Vejamos mais dois exemplos: “O mundo árabe está pronto para a democracia?” (Brookings Institute, 22 de abril de 2014); ou “Porque a democracia ocidental nunca poderia funcionar no Oriente Médio.” (Telegraph, 16 de agosto de 2014). E a lista, infelizmente, continua...

De forma simultânea, nós encontramos uma linha firme de questionamento, perturbadora, porém constante, que levanta dúvidas sobre a saúde das democracias

¹ A *Tocqueville Review* é uma revista bilíngue franco-americana dedicada ao estudo comparativo das mudanças sociais, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, mas também abrange grandes desenvolvimentos em outras partes do mundo, no espírito das investigações pioneiras de Alexis de Tocqueville. Revista de ciências sociais, a Revista publica ensaios sobre assuntos atuais, história e filosofia política; também possui uma seção regular sobre estudos tocquevilleanos. Disponível em: <https://www.utpjournals.press/loi/ttr>. Acesso em 13 de março de 2021. [N.T]

ocidentais. Deparamos-nos, por exemplo, com um colunista francês do Jornal *Le Monde* questionando: “Teriam sido as nossas democracias atingidas por uma doença terminal?”. Encontramos, recentemente, a mesma indagação, agora por um colunista britânico: “O termo democracia significa soberania popular, mas nós podemos realmente afirmar isso no Reino Unido? Frequentemente escutamos que vivemos em um país democrático, no entanto, com a mesma frequência se debate se o povo detém de fato algum poder²”. Por sua vez, um colunista no Jornal *Washington Post* cita um estudo da Universidade de Princeton/Northwestern intitulado “Os Estados Unidos são uma oligarquia, não uma democracia.”, concluindo que “os Estados Unidos não são mais uma democracia... em vez disso deram uma guinada elitista e se tornaram um país liderado por uma pequena classe dominante composta de membros poderosos que exercem total controle sobre a população em geral³. E Tony Blair, um primeiro-ministro que sempre demonstrou habilidade em lidar com as disputas eleitorais e suas reviravoltas, perguntou, sem qualquer sombra de ironia, “está morta a democracia⁴?”

De acordo, ainda, com alguns pesquisadores, mesmo algumas figuras ilustres que constam no rol dos grandes teóricos da democracia, como Alexis de Tocqueville, talvez não estivessem tão interessados no tema como havíamos pensado. Esses pesquisadores nos lembram que Tocqueville e seu camarada Gustav de Beaumont foram originalmente enviados aos EUA para estudar, não o potencial emancipatório do país emergente, mas o exato oposto, o seu sistema penitenciário: “Tocqueville e Beaumont avisaram há quase 200 anos atrás (...) enquanto a sociedade nos EUA dá o exemplo da mais extensa liberdade, as prisões do mesmo país encenam o espetáculo do mais completo despotismo” (1833/1979, 79). E, assim, concluem: “Suas observações sombrias são ainda mais

² <http://politicsmadepublic.com/can-we-really-claim-democracy/>

³ Carol K Chumley, “America is an oligarchy, not a democracy or republic, university study finds.” *The Washington Times*, Monday April 21, 2014. For the study see, Martin Gilens and Benjamin I. Page, “Testing Theories of American Politics: Elites, Interest Groups, and Average Citizens,” *Perspectives on Politics*. Volume 12/3, September 2014, pp. 564-581.

⁴ Tony Blair, “Is Democracy Dead?” *New York Times*, December 4, 2014; Arnaud Leparmentier, “La démocratie, un régime malade,” *Le Monde*, 29 abril 2015.

verdadeiras nos dias de hoje”⁵. Em suma, para essa linha crítica e contemporânea, nós não viveríamos em uma democracia, mas em um estado carcerário que consistentemente ignora os direitos básicos necessários para uma democracia robusta funcionar.

Essas duas posições – que escolhi nomear como perspectivas *exclusivista* e *idealista* sobre a democracia – desfrutam de uma audiência midiática crescente, assim como na teoria e nas ciências sociais. A lista agora é longa, muito longa, daqueles que estão convencidos de que a democracia, ou nunca irá se espalhar para muito além dos Estados que têm uma considerável cultura e história democrática, ou de que os Estados que se autodenominam “democráticos” estão, na verdade, simplesmente mascarando a situação. E claro, essas duas posições são incompatíveis.

Há, no entanto, alguns problemas com as perspectivas idealista e exclusivista que requerem atenção. Primeiramente, aos exclusivistas, há uma resposta dada pelo próprio Kristof: “É presunçoso e insensato sugerir que pessoas que estão morrendo pela democracia não estariam prontas para ela.” Tal posição é historicamente insustentável pela simples razão de que é impossível avaliar a chamada “aptidão” para democracia através de critérios ligados a desempenhos anteriores ou a uma herança cultural. Além disso, os regimes democráticos ostensivamente sólidos – pelo padrão exclusivista – simplesmente não teriam se mantido sem a sua própria parcela de violência abjeta e opressão. É suficiente citar alguns fatos históricos gritantes, como a persistência da escravização em massa e a subsequente negação dos direitos civis básicos aos afro-americanos, o atual viés racial do sistema carcerário americano e, em paralelo, a colonização europeia durante os séculos XIX e XX. E como é fácil esquecer que quase todos os membros da atual zona do euro, tida supostamente como um bastião da democracia, experimentaram alguma forma de autoritarismo ou mesmo de ditaduras fascistas nos últimos 75 anos.

A posição idealista é igualmente problemática. Vejamos o argumento de Colin Crouch sobre a chamada era “pós-democrática”, diz ele: “todas as instituições

⁵ Marie Gottschalk, “Democracy and the Carceral State in America,” *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science* January, 2014, vol. 651, no. 1, 288-295.

democráticas continuam existindo, decerto nós fazemos uso delas. Ocorre que a energia do sistema, sua capacidade inovadora, se moveram para outras esferas.” Essa posição, desde já, deve ser confrontada com o problema de auto-nulificação. Sem que se faça um grande esforço de imaginação, supõe-se que alguma forma de democracia deve se fazer presente quando é possível escrever, ler ou se pronunciar publicamente sobre o regime em vigor e, sobretudo, de modo contrário ao dos seus rivais no poder. Em resumo, apesar de amplamente falha, problemática, insuficiente e até perigosa, a forma de nossas democracias se mantém democrática o suficiente para que possamos discutir as suas profundas limitações e mesmo a sua extinção. Não seria este um sinal claro de que a democracia ainda não saiu totalmente de cena?

Além dessas duas limitações específicas, outro problema com as abordagens exclusivista e idealista é o fato de que ambas parecem dividir uma suposição em comum: elas apontam em direção a uma concepção estática de democracia (existente ou ainda a ser realizada) e, nessa medida, sugerem que a democracia pode ser entendida como uma *coisa* coerente, um conjunto consistente de práticas ou técnicas específicas. Possivelmente, o sintoma mais claro dessa coerência tácita é que a democracia, desse ponto de vista, é necessariamente desprovida de qualquer contradição. Assim, essas perspectivas são supostamente fundadas na conclusão básica e razoável de que, se um Estado ou cidadãos fazem coisas que não são “democráticas”, então eles não são “democráticos”.

Porém, vamos explorar mais essa ideia retornando a Colin Crouch que, para os propósitos desse editorial, exemplifica a posição idealista. Ele sugere que “a democracia prospera quando existem grandes oportunidades para participação ativa da massa de pessoas comuns, seja por meio de discussões, organizações autônomas ou projetos ligados à vida pública, e quando essas oportunidades são usadas ativamente por essas pessoas.” Ele aceita em suas próprias palavras que isso é “um modelo ideal que quase nunca consegue ser plenamente atingido.” Não obstante, ele critica a nossa forma de fazer política atual como estando direcionada a um suicídio democrático, apontando que quando “um debate eleitoral público é um espetáculo rigidamente controlado, gerenciado

por times rivais de profissionais experientes nas técnicas de persuasão (...) considerando uma pequena gama de questões selecionadas por esses times” e “a massa dos cidadãos desempenha um papel passivo, apático, respondendo apenas aos sinais dados por eles,” nós não estaríamos mais vivendo em uma democracia⁶. Nós estamos vivendo, ele sugere, numa “pós-democracia”. Em outras palavras, se não estamos conduzindo a nossa vida política de forma democrática e se não temos a oportunidade de fazê-lo, logo: nós não vivemos em uma democracia.

A lógica aqui é impecável. Mas o que uma aparente e simples observação realmente *significa*? Primeiro, parece que o oposto não é necessariamente verdadeiro. Isto é, se um estado ou seus cidadãos praticam ações que são democráticas, isso não significa que eles estejam vivendo em uma democracia. Com certeza, mesmo Crouch não chegaria a afirmar que *todo* o debate eleitoral é um espetáculo controlado. Mas, se por acaso afirmasse, ele realmente acreditaria que cada um dos cidadãos, inclusive ele mesmo, seria um ser passivo e apático? A simples leitura do seu livro sugere que nem todas as pessoas são totalmente passivas. Então, no centro da posição idealista está uma questão adjacente: exatamente quantas “atitudes democráticas” devem os cidadãos empreender para que saiam do reino da pós-democracia e retornar à vitalidade democrática?

A posição idealista, então, envolve uma posição profundamente avaliativa. Isto é, não se trata tanto da questão de saber se um estado ou seus cidadãos são inteiramente democráticos ou não (essas posições extremas são puramente ideais), mas sim o quanto eles poderiam ser. Até para um defensor flexível da posição idealista, a democracia se torna algo que deve ser negado quando certas condições não estão suficientemente presentes – i.e., quando as eleições não são inteiramente livres, quando as organizações não são autônomas o suficiente, quando as oportunidades para moldar o debate público não são satisfatoriamente exploradas etc. Então, deve haver algum ponto de inflexão dentro da democracia referente à ausência de “tal e tal coisa” para que se conclua se vivemos ou não democraticamente.

⁶ Colin Crouch, “Coping with Post-Democracy,” <http://www.fabians.org.uk/wp-content/uploads/2012/07/Post-Democracy.pdf>, 1 (consulted December 14, 2015).

Esse raciocínio, no entanto, levanta uma questão óbvia: onde nós traçamos essa linha? Ou como nós traçamos essa linha? O que é *suficiente*? De um modo geral, a questão se concentra no grau de liberdade das eleições. Quanto menor a interferência do grande capital, das mídias corporativas, dos consultores de marketing etc., mais as eleições são satisfatoriamente democráticas e vice e versa, ou seja, quanto maiores as interferências externas, menos democráticas serão as eleições. Em alguma medida, não há dúvida que esses parâmetros são corretos. No entanto, cabe lembrar que essa redução da democracia às eleições livres tem sido alvo de um número extraordinário de críticas daqueles que estudam a prática democrática. Democracia, nós sabemos, é tanto uma forma social quanto uma forma política e o simples processo das eleições é uma pequena porção do que significa ser democrático. Por isso, basear toda uma avaliação nesse único critério isolado faz mais parte do problema do que da solução. Além disso, como Pierre Rosanvallon destacou em sua recente tetralogia sobre as transformações contemporâneas da democracia, o monopólio do voto na legitimação democrática é menos uma condição *sine qua non* de uma democracia sólida do que uma técnica específica ligada a um momento preciso da história democrática, a saber: a democracia representativa, que se manteve como modelo dominante do fim do século XVIII até o final do século XX. Da perspectiva de Rosanvallon, o desaparecimento deste monopólio não deve objeto de tanta lamentação, e sim de um entendimento mais profundo.

Então, se as eleições são insuficientes como Crouch argumenta, a posição idealista deve ser capaz, para alcançar a sua própria consistência, de determinar qual seria o critério de avaliação a respeito da existência de uma suposta plenitude democrática. Em outras palavras, uma posição idealista deve ser capaz de responder à questão: “O quanto do que você exige deve ser realizado para que possamos dizer que vivemos em uma democracia?”

O problema começa porque esse tipo de perspectiva suscita a pergunta sem estar capacitada para respondê-la. Em outras palavras, em razão da posição idealista se basear em um modelo de democracia que existe “fora” da atual configuração política e social, tem dificuldade para explicar a sua própria posição no interior de um campo social e político mais amplo. A democracia resurge como uma teologia na qual devemos acreditar,

como se ela pairasse por aí, em algum lugar por perto, ainda que não esteja visível para nós.

E mais, tal afirmação é problemática, ainda, pelo fato de não haver fundamentos reais para postular que a democracia, assim como o capitalismo, a guerra ou qualquer outro fenômeno social semelhante, possa ser destacada da própria sociedade que a produziu. Em que bases podem as nossas concepções do que é “democrático” existir fora das formas sociais e políticas que produzem os próprios discursos sobre o tema? Até aqueles que defendem a posição idealista reconhecem que o que é “democrático” não é uma ideia estável ou algo que pode ser plenamente alcançado ou não. Então, o problema com tal idealismo democrático é que ele não pode explicar a possibilidade de um pensamento, um pensamento democrático crítico, que abraça as categorias usadas para descrever o nosso sistema político, mantendo, no mesmo movimento, uma profunda insatisfação imanente ao processo. Para o idealista, a crítica só pode ser formulada em nome de algo que não está presente, algo que não parte da própria realidade (aquilo que é). Assim, ela não é capaz de compreender que a presença da razão democrática e a sua ausência são produtos simultâneos da nossa condição política e social.

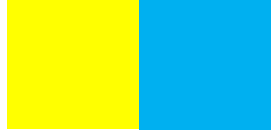
Então, para retornar ao ponto discutido acima, o que parece faltar é uma perspectiva que nos desloque para além da suposta natureza “coerente” da vida democrática – aquela que condena à contradição a constatação de que nós vivemos em uma democracia mesmo quando não compartilhamos práticas democráticas ou vice-versa. Uma abordagem crítica da democracia desafia essa suposição básica ao sugerir que, não apenas a democracia é contraditória, mas que uma parte importante de seu poder como forma política e social é baseada nessa própria contradição. Por exemplo, a discussão sobre democracia em um país que está atualmente sob “*état d`urgence*”, ou onde a extrema direita acaba de saborear uma vitória histórica no primeiro turno das eleições regionais, sugere que a política e a sociedade contemporânea geram, simultaneamente, oportunidades para uma práxis democrática e a promoção oposta de tendências antidemocráticas. Tais contradições requerem uma consideração mais séria dos

problemas que envolvem o nosso pensamento e a nossa vida nas democracias contemporâneas.

Para fazer isso, a democracia crítica, com o perdão da redundância, assume a sua posição de crítica da realidade. Ao invés de reclamar por uma essência ou uma coisa, pela suficiência de um conjunto de práticas e instituições, ou de heranças culturais compartilhadas, ela esboça uma posição política e moral que reconhece os problemas e a insatisfação existentes em nossos estados democráticos contemporâneos, sem abrir mão de compreender a democracia como um processo histórico que não pode ser propriedade de apenas uma nação ou um povo. Nesse sentido, é um método tanto expansivo quanto realista, pois entende que a democracia opera a partir de uma contradição fundamental, que pode ser descrita nos seguintes termos: a democracia é um produto de circunstâncias históricas, porém, ao relacionar o poder às práticas coletivas e populares, ela estabelece um horizonte de expectativas que, necessariamente, perturba o conjunto de formas sociais, respostas, instituições ou técnicas projetadas para realizar essas mesmas expectativas em um determinado contexto histórico. Em outras palavras, a democracia é fruto do seu próprio momento, na medida em que gera discursos, práticas e técnicas que necessariamente extravasam para fora dela. A democracia é crítica porque a sua ausência de presença plena é inerente ao modo como ela é pensada e praticada no presente.

Tal posição, portanto, considera a política democrática como um poder potencialmente emancipatório pertencente à sociedade contemporânea, sem deixar de reconhecer que esse poder fracassa continuamente e, por certo, continuará fracassando. Parafraseando Max Horkheimer, essa posição afirma que a razão democrática só pode se tornar transparente para si mesma na medida em que confrontarmos, de forma consistente, a falta de razão democrática ao nosso redor⁷. Engajar-se em uma reflexão crítica do que é a democracia e como nós a praticamos na realidade, segue, por isso, sendo uma das nossas tarefas mais essenciais da atualidade.

⁷ Horkheimer writes: “reason cannot become transparent to itself as long as men act as members of an organism which lacks reason.” (“Traditional and Critical Theory,” *Critical Theory: Selected Essays*. (New York: Continuum, 1972), 208).



Referências:

BLAIR, Tony. Is democracy dead? **New York Times**. Nova York, p. 01-01. 04 dez. 2014.

CHUMLEY, Carol K. America is an oligarchy, not a democracy or republic, university study finds. **The Washington Times**. Washington Dc, p. 01-01. abr. 2014.

CROUCH, Colin. **Coping With Post-Democracy**. 2015. Disponível em: <http://www.fabians.org.uk/wp-content/uploads/2012/07/Post-Democracy.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2015.

GOTTSCHALK, Marie. Democracy and the Carceral State in America. In: AMERICAN ACADEMY OF POLITICAL AND SOCIAL SCIENCE, 1., 2014, Philadelphia. **Anais [...]**. Philadelphia: Aapss, 2014. v. 651, p. 288-295.

HORKHEIMER, Max. Horkheimer writes: "reason cannot become transparent to itself as long as men act as members of an organism which lacks reason. In: ESSAYS, Critical Theory: Selected. **Traditional and Critical Theory**. Nova York: Continuum, 1972. p. 208-208.

LEPARMENTIER, Arnaud. La démocratie, un regime malade. **Le Monde**. Paris, p. 01-01. 29 abr. 2015.

PMP, Politics Made Public. **Can we really claim democracy**. Disponível em: <http://politicsmadepublic.com/can-we-really-claim-democracy/>. Acesso em: 19 jul. 2021.